



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAxis



ANO VII - Nº 62 - NOVEMBRO/DEZEMBRO 2011



Foto: Adriana Medeiros

Destaque

DESPEJOS E REMOÇÕES

Copa do Mundo e Olimpíadas
no Brasil x Direitos Humanos?

Pgs. 6 e 7



Exercício Profissional

**O Serviço Social e os
direitos de adolescentes
privados de liberdade**

Pg. 3

Retrospectiva e Expectativas

**Realizações e metas
da gestão 2011-2014**

Pg. 10

Prêmio Visibilidade

**Novos olhos e olhares
sobre a profissão**

Pg. 12

Seminário sobre Diversidade

Em busca do respeito



Pg. 8

Seminário de Assistência Social

**Na conquista de
novos espaços**

Pg. 5

Editorial

Chegou ao fim um ano de muitas lutas. Hora de avaliar o que conquistamos nas diversas dimensões de nossas vidas pessoais e profissionais. Hora de retomar fôlego para as lutas – que não param – e que nos desafiarão em 2012.

Nesta edição do Praxis você encontra a avaliação da atual gestão do Conselho sobre o que produzimos no ano passado e os principais desafios postos à categoria. Entre eles está o de superar o fatalismo presente em muitos dos discursos profissionais, frente às reais e cada vez mais complexas dificuldades do cotidiano.

A edição também vem recheada de reflexões sobre o exercício profissional. Ele comparece na matéria sobre adolescentes em conflito com a lei; nos seminários sobre diversidade humana e assistência social; nas mobilizações em Campos sobre programa habitacional desenvolvido na cidade; no direito do assistente social ao aprimoramento profissional; nos desafios postos aos profissionais que atuam em cidades-sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos que ocorrerão em breve no Brasil.

Cumprindo seu papel informativo, você também pode se organizar para acessar os plantões da Comissão de Orientação e Fiscalização e a biblioteca do CRESS-RJ. Além disso, fica conhecendo o resultado da quinta edição do Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social, além de obter informações sobre as alterações em vigor para o registro profissional nos CRESS's.

É fácil perceber: esta edição do Praxis é um pequeno panorama das lutas e desafios enfrentados em 2011. Nosso objetivo é nos fortalecer e nos preparar para o que virá no ano que se inicia.

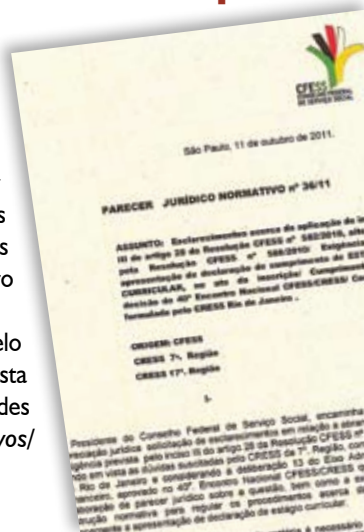
Um excelente ano novo para todos, em todas as dimensões de nossas vidas!

A diretoria

Novos procedimentos para registro profissional nos CRESS de todo o país

De acordo com a Resolução CFESS nº 588/10, os formados em Serviço Social a partir de dezembro de 2011, em cursos devidamente reconhecidos pelo MEC, deverão apresentar declaração de cumprimento de carga horária de estágio curricular assinado pela unidade de ensino e pelos supervisores de campo - além dos demais documentos necessários para a inscrição no CRESS (acesse o link sobre Registro Profissional no site do Conselho).

O parecer jurídico normativo elaborado pelo CFESS encontra-se disponível, bem como uma proposta de modelo de declaração a ser adotada pelas unidades de ensino em: <http://cressrj.org.br/download/arquivos/PAR JUR NORM 36-2011.pdf>



Biblioteca Assistente Social Maria Josefina Albano

Em processo de reorganização e estudo para informatização de seu acervo, a biblioteca do CRESS-RJ voltou às atividades. A partir de janeiro de 2012 ela estará aberta para consultas, de segunda a sexta, de 9h até 13h. Importante: as visitas e consultas prévias devem ser solicitadas inicialmente através do e-mail biblioteca@cressrj.org.br



Convocação para Comissões de Instrução de Processos Éticos

Formadas por assistentes sociais de base, as comissões são responsáveis pelo acompanhamento e a instrução dos processos éticos instaurados no CRESS. Sua função é garantir o desenvolvimento processual das denúncias éticas que chegam ao Conselho, como também é um espaço de defesa da identidade política e social do Serviço Social. Caso você esteja interessado em conhecer e compor uma comissão de instrução de processos éticos do CRESS entre em contato com a secretaria pelo telefone (21) 3147-8752.

Plantões da Cofi

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) tem plantão de atendimento todas as segundas e quartas-feiras, sempre de 12 até 17h, inclusive pelos telefones (21) 3147 8761 e finais 62 e 63. Os contatos também podem ser feitos através dos e-mails cofi@cressrj.org.br, cofi2@cressrj.org.br ou cofi3@cressrj.org.br. Saiba mais sobre a Cofi em <http://cressrj.org.br/orientacao.php>

Anuidade 2012

Os valores foram aprovados por unanimidade e visam garantir condições de promover as várias atividades previstas para 2012.

Pagamento em seis parcelas	R\$ 58,30/mês
Com 15% de desconto (até 10/02/2012)	R\$ 297,33
Com 10% de desconto (até 10/03/2012)	R\$ 314,82
Com 5% de desconto (até 10/04/2012)	R\$ 332,31
Após 10/04/2012, se paga em cota única	R\$ 349,80

Mais informações no site do Conselho www.cressrj.org.br

Fale conosco! Geral: 3147-8787 • Assessoria de Comunicação: 3147-8782 • Assessoria Política: 3147-8781 • Biblioteca: 3147-879 • COFI: 3147-8761/8762/8763/8764 • Financeiro: 3147-8783 • Registro e Anuidade: 3147-8771/8772/8773 • Secretaria: 3147-8751/8752/8753

PRA^{XL}

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
7ª REGIÃO - N° 62 - Novembro/Dezembro 2011

Presidente: Charles Toniolo de Sousa

Vice-Presidente: Moara Paiva Zanetti

1ª Secretária: Elizabeth Souza de Oliveira

2ª Secretária: Sílvia Dabdab Calache Distler

1ª Tesoureira: Edenilza Silva Cesário

2ª Tesoureira: Eduardo Nascimento de Carvalho

Conselho Fiscal: Telma Pitê Gomes, Leandro Rocha da Silva, Michele Pontes da Costa

Suplentes: Francine Helfreich Coutinho dos Santos, Lobélia da Silva Faceira, José Rodolfo Santos da Silveira, Hilda Corrêa de Oliveira, Denise Nicácio Pereira, Loraine Rocha Vigo, Joilson Santana Marques Junior, Josélia Ferreira dos Reis, Carlos Felipe Nunes Moreira

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Charles Toniolo de Sousa, José Rodolfo Silveira dos Santos, Leandro Rocha da Silva, Moara Paiva Zanetti, Michelle Moraes, Nelma Espindola, Conceição Maria Vaz Robaina, Jefferson Lee de Souza Ruizz, Célio Albuquerque e Allan Botelho

Seccional Norte e Nordeste Fluminense - Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170

Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliane Cardoso D'Almeida

Secretária: Rosângela Maria A. Benevides Guimaraes

Tesoureira: Júnia de Souza Elias

Suplentes: Thais Tavares Bernardo, Irai Martins Bohrer, Ana Teresa de Sá Santos Cezario

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003

Pontual Shopping - CEP 27261-050 - Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Paula de Almeida Pereira

Secretária: Liliâne Rocha Ribeiro

Tesoureira: Larissa Fagundes Costa

Suplentes: Natália Reis de Oliveira, Isabela Carvalho Silva Sobreira, Mitchelly de Barros Silva Santos

Jornalista Responsável: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Design gráfico e ilustração: Carlos D

Impressão: Gráfica Clip - **Tiragem:** 13.000 exemplares

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787

e-mail: comunicacao@cressrj.org.br

Acesse www.cressrj.org.br

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O Serviço Social e os direitos de adolescentes privados de liberdade

O GRESS-RJ, junto de outras entidades, compõe o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, que é baseado no “Protocolo Facultativo à Convenção Contra para a Tortura e outros tratamentos e penas cruéis, desumanos e degradantes”, aprovado pela ONU em 2002 e ratificado pelo Brasil em 2007. Para operacionalizar suas atribuições, existe o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – 06 profissionais (dentre eles um assistente social) eleitos pelo Comitê. Possui como uma de suas atribuições inspecionarem instituições de privação de liberdade – o que inclui as unidades do Departamento Geral de Ações Sócio Educativas (DEGASE), órgão estadual que executa medidas judiciais aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, fundado em 1994 no contexto da descentralização prevista na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Herdou as unidades anteriormente gerenciadas pelo Governo Federal através da FUNABEM, com estruturas arcaicas e superlotadas que desenvolviam práticas muito mais de caráter punitivo, sendo alvo freqüente de rebeliões e de denúncias de violação de direitos humanos.

As entidades do Comitê receberam em outubro um relatório do Mecanismo de visita ao Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo (CAI Baixada), unidade do DEGASE que executa medida socioeducativa de internação para adolescentes do sexo masculino, em que constam várias irregularidades.

Já em dezembro, o Comitê recebeu relatório de visita realizada ao Instituto Padre Severino (IPS), também do DEGASE, que executa medida de internação provisória para meninos, e constata: superlotação, separação de alas por supostas ligações em facções e até para os que se declaram homossexuais, entre outros. Um trecho do documento revela a incompatibilidade da dinâmica das relações institucionais com a convenção da ONU: “(...) é uníssonas a queixa dos adolescentes a respeito das agressões físicas e verbais sofridas na unidade. Segundo relatos, ocorrem em situações corriqueiras do cotidiano, quando o adolescente não abaixou a cabeça descumprindo certo ritual, quando olha para o lado durante as refeições ou mesmo na ocasião de reiterar solicitação de atendimento técnico”.

O debate sobre a execução das medidas socioeducativas ganhou grande visibilidade pública em agosto, com a divulgação da recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o fechamento do IPS.

A centralidade das sentenças de privação de liberdade precisa ser objeto de reflexão crítica para os que defendem os direitos humanos. Há previsão de construção de

unidades de internação em mais 05 municípios, tentando responder à demanda pela territorialização e reduzir a superlotação. Mas o conjunto de dados históricos sobre essas instituições nos faz ousar questionar: é a privação da liberdade a melhor medida socioeducativa a ser executada?

E os assistentes sociais com isso?

Esse debate é fundamental para o Serviço Social tendo em vista o nosso compromisso ético-político com os direitos do adolescente. O Praxis entrevistou a assistente social Helaine Piorotti, que atua hoje no CAI Baixada, está no DEGASE desde sua fundação e sabe o quanto ainda há para se fazer.

“Um dos maiores desafios é a implantação efetiva do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo)” – que é uma política aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que prevê normas e responsabilidades das esferas de governo para padronizar os procedimentos envolvendo adolescentes em conflito com a lei. “O SINASE afirma que cada profissional de Serviço Social deverá atender 20 jovens”, diz Helaine. O recente concurso do DEGASE oferece 25 vagas para assistentes sociais, com previsão de ampliação para cerca de 70 nos próximos 04 anos. Mas a matemática é mais complexa, já que o último concurso foi em 1994 e muitos profissionais estão se aposentando – além do crescimento exponencial das sentenças que privam a liberdade. “Precisaríamos ter no mínimo o dobro, ainda mais com a previsão de criação de novas unidades”, completa.

Está prevista no SINASE a implantação do Plano Individual de Atendimento, de modo a desenvolver um trabalho com as potencialidades, capacidades e dificuldades dos adolescentes, o respeito à diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual, e possibilitar uma efetiva mudança na perspectiva de “terminar preso ou terminar morto”. “Esses jovens são invisíveis para a sociedade. Só são reconhecidos quando cometem uma infração. Isso é muito perverso”, constata Helaine.

“Depois de 17 anos, percebemos alguns avanços e investimentos na estrutura do DEGASE e na qualificação dos profissionais; no entanto ainda carrega a cultura de unidades de caráter punitivo. Hoje, muitos adolescentes que chegam às unidades que executam as medidas de semiliberdade acabam evadindo, pois não acreditam que fará diferença em suas vidas. Nós precisamos entender e atuar nessa contradição: potencializar o acesso desses jovens e suas famílias aos direitos fundamentais num contexto de medidas de privação de liberdade.”

Helaine lembra que o ECA avançou quando

assegurou a reavaliação da medida socioeducativa a cada 06 meses pelo juiz. Para tal, houve a necessidade de maiores subsídios técnicos, dentre eles do Serviço Social, que tem se mostrado fundamental. “Mas já aconteceu da autoridade judiciária tentar interferir no que deveria constar no relatório técnico. Tem sido uma grande luta, e com árduas conquistas, o respeito à autonomia profissional na produção dos documentos destinados ao Poder Judiciário”. Mas sublinha que o assistente social precisa estar atento às intenções do parecer que constrói e entender o quanto é complexa a vida daquele jovem e do conjunto de relações que a determina. “Às vezes encontramos posições conservadoras, que reproduzem o discurso de que esses adolescentes têm mais é que ficar ‘presos’”.

Esta visão reforça a lógica do controle sobre os pobres no marco da política criminal punitiva hoje adotada. “O grande desafio para o assistente social comprometido com o projeto ético-político é pensar a garantia de direitos dentro e fora das unidades de internação, articular-se às lutas mais gerais de defesa dos direitos humanos, fortalecer as redes sociais de apoio e conjugar esforços para garantir o compromisso de todos com a superação de práticas assistencialistas e coercitivas, potencializando o exercício da cidadania plena”, finaliza.



Seccionais

CAMPOS DOS GOYTACAZES

Ato no CMAS denuncia precárias condições de trabalho dos profissionais e violação de direitos da população

No dia 22 de novembro de 2011 foi publicado em um jornal de circulação em Campos dos Goytacazes matéria intitulada “Rosinha exonera assistente

social que vendia casas do Morar Feliz”, programa carro-chefe da política habitacional da Prefeita Rosinha Garotinho e que é gestado pela Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS). Esse fato se somou a outras denúncias apresentadas, de desrespeito a outros profissionais de Serviço Social, concursados.

A partir daí, o CRESS-RJ (Seccional e sede) iniciou uma série de ações no município, voltadas para o cumprimento da NOB SUAS-RH e, no caso do Programa “Morar Feliz”, de apuração dos fatos, a fim de verificar se os direitos da população estavam sendo violados. Para tal, o CRESS-RJ convocou os assistentes sociais da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS) do município para uma reunião, em 08 de dezembro de 2011, na sede da Seccional, com a presença do presidente e da vice-presidente do CRESS, da Seccional e de mais de 40 profissionais. Na ocasião, os assistentes sociais denunciaram as precaríssimas condições de trabalho, bem como a ausência de transparência na concessão das casas do Programa “Morar Feliz”.

O presidente do CRESS-RJ, Charles Toniolo de Sousa, e a coordenadora da Seccional, Liliane Cardoso d’Almeida, concederam entrevista ao jornal “Folha da Manhã” (publicada em 09 de dezembro), informando que a denúncia estava sendo apurada pelo CRESS através de uma ação de desagravo público impetrada pela assistente social, e esclarecendo à população local que práticas de venda de benefícios e/ou direitos violam a ética profissional do Serviço Social. Também apontaram que a realização de um trabalho de qualidade requer condições que devem ser oferecidas pela instituição, bem como transparência na condução das políticas públicas, garantindo a cidadania da população usuária e o controle social. (Leia a íntegra da matéria no link <http://cressrj.org.br/download/>

arquivos/NoticiaFolhadaManha.jpg).

A Seccional elaborou um dossiê que contém intervenções do CRESS desde 2003 junto à SMFAS, denunciando as condições de trabalho e requerendo as mudanças necessárias, segundo a Resolução CFESS 493/2006 e as diretrizes e responsabilidades contidas na NOB RH-SUAS) no que tange à condução da gestão do trabalho.

Em ato realizado na reunião do Conselho Municipal de Assistência Social do município, no dia 09 de dezembro, a categoria lotou o local da reunião. Mais: a sessão ordinária do CMAS contou com a participação da população usuária, que exigiu do poder público respeito ao trabalho dos assistentes sociais, bem como uma política habitacional que responda às necessidades da população e que seja pautada nos princípios da impessoalidade, da transparência e da lisura com a condução da política social pública. O dossiê foi entregue ao CMAS pela coordenadora da Seccional, que, em votação, decidiu encaminhar as denúncias realizadas para o Ministério Público Estadual.

As mobilizações continuam. Ainda em 09 de dezembro a SMFAS foi notificada sobre as inadequadas condições de trabalho dos assistentes sociais, que comprometem o exercício das competências profissionais e interfere na qualidade do atendimento prestado à população usuária. Em 15 de dezembro ocorreu nova reunião dos assistentes sociais da SMFAS na Seccional, debatendo o fortalecimento e a organização política da categoria, assim como novas estratégias de luta. Os assistentes sociais presentes aprovaram estratégias conjuntas de mobilização e de difusão da informação, no intuito de agregar a luta junto a outros segmentos e à população.

Deliberou-se, ainda, pela realização de uma possível paralisação que culminasse com um ato público caracterizado por um seminário e debate na UFF sobre as condições éticas e técnicas de trabalho e a valorização dos servidores públicos municipais.

A data para o ato será deliberada de forma a fortalecer as estratégias de mobilização. Acompanhem pelos outros instrumentos de comunicação do CRESS (site, facebook, Via CRESS).



VOLTA REDONDA

Seccional sul fluminense aposta nas reuniões ampliadas

A gestão **Ética na Resistência** tem realizado, desde sua posse, em maio de 2011, reuniões ampliadas com os assistentes sociais da região, como uma das estratégias de sua plataforma para se aproximar, mobilizar e contribuir com o processo de formação da categoria.

Até o momento, a Seccional já realizou cinco dessas reuniões para discutir, entre outros

temas, a implantação das 30 horas sem redução salarial, a organização dos trabalhadores e seu processo de trabalho junto à rede local e regional, como

também a necessidade da mobilização da categoria, que trará maior visibilidade às ações políticas do CRESS, tanto no que se refere ao uso do espaço físico da Seccional, como nas lutas pela valorização desses trabalhadores das políticas sociais.

A Seccional aposta ainda, na resistência aos rebatimentos sofridos, que envolve, entre outras questões, o saber profissional dos assistentes sociais e sua luta constante pela afirmação de seus direitos – considerando que não há como se trabalhar numa perspectiva de garantia de direitos, sem ter clara sua condição de trabalhador, que também tem direitos em seu cotidiano profissional.

As reuniões ampliadas da Seccional acontecem, sempre, **nas últimas terças feiras de cada mês**, com o objetivo de ser um *locus* de discussão e debate no fomento das questões inerentes ao fazer profissional dos assistentes sociais da nossa região.

No entanto, esse espaço privilegiado torna-se obsoleto se não houver por parte dos assistentes sociais, maciça participação, com atitudes conscientes e de resistência, para que os interesses do projeto ético-político do Serviço Social sejam preservados e nossas decisões coletivas tenham peso, no aprimoramento da nossa práxis profissional.

**ÉTICA
NA RESISTÊNCIA**

Seminário de Assistência Social

Na conquista de novos espaços



Tatiana Dahmer, Sabrina Celestino e José Rodolfo falam sobre os desafios da categoria

Com a participação de assistentes sociais de vários municípios do Rio de Janeiro foi realizado, em 24 de novembro, no Auditório 31 da UERJ, o Seminário Estadual de Assistência Social e Serviço Social. Promovido pela Comissão de Assistência Social do CRESS-RJ. O evento teve como tema “O trabalho do assistente social no SUAS: impasses e possibilidades”.

Tatiana Dahmer Pereira, assistente social e professora da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói e José Rodolfo Silveira, conselheiro do CRESS, participaram da mesa de abertura.

Após detalhar, com uma série de dados, o trabalho dos assistentes sociais no SUAS, José Rodolfo sublinhou que é preciso uma articulação entre todos os profissionais envolvidos tanto na defesa dos direitos dos usuários como nos próprios direitos como trabalhadores. “Nós, sozinhos, não temos como atuar sobre a construção de um plano de cargos e salários para área da assistência, por exemplo”, disse.

Na sequência a fala ficou com Tatiana, que ressaltou a necessidade de comprometimento: “Se a política se encontra no território, temos que entender as possibilidades de efetivação dos direitos”, comentou.

No evento também foram apresentados relatos de experiências na Proteção Básica e Proteção Especial.

Cecília de Andrade Pereira Monteiro, assistente social que atua no projeto Família Acolhedora, da Secretaria Municipal de Assistência do Rio de Janeiro, narrou sua experiência no projeto em que famílias, sem o viés da adoção, cuidam de crianças que foram, por algum motivo, afastadas do convívio familiar diário. Segundo ela, cada dupla de assistentes sociais cuida de até 15 famílias

de origem e 15 famílias acolhedoras. “Semanalmente as crianças se encontram com suas famílias de origem”, falou Cecília, ressaltando a necessidade de um maior investimento em estrutura para não comprometer o trabalho que vem sendo feito.

Paula de Almeida Pereira, que atua na SMAS de Mendes, falou sobre a atuação no CRAS do município, sublinhando que a rotatividade de mão de obra na região é grande e que é urgente que se procure uma estratégia de união com outros profissionais para ampliar conquistas.

Sabrina Celestino, que trabalha na SMAS de Niterói, falou sobre a atuação do CREAS em articulação com o SINASE/DEGASE. Em fala emocionada, narrou a experiência no atendimento de jovens em cumprimento de medida socioeducativa e o quanto é rica tal atuação. Com equipe regulamentada de quatro profissionais para atendimento de 140 jovens, o trabalho acaba comprometido. “É um trabalho árduo, mas com o qual percebemos resultados positivos. Por outro lado, o índice de exoneração dos profissionais é alto.”

A atuação dos CRAS’s no município de Mesquita foi apresentada pelo assistente social Anderson Carvalho Chaves e por Selma Regina Pinto da Rocha. “As dificuldades de atuação são grandes. Apenas no bairro da Chatuba, o mais pobre, a população soma 42 mil habitantes”, de acordo com Anderson.

Juliana F. Gomes Ernesto foi a responsável por apresentar o trabalho com população adulta em situação de rua no Emaús / Banco da Providência. Projeto que existe há praticamente 50 anos, o local vem procurando ao longo de sua existência focar a dimensão humana e a capacitação de quem passa por lá.

10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO JÁ!

A lógica da sociedade capitalista vem transformando todas as dimensões da vida social em potenciais mercadorias. Neste processo, as políticas sociais – dentre elas a educação – não fogem à regra: cada vez mais são oferecidas pela iniciativa privada. Deixam de ser consideradas direitos universais para serem vistas como algo pelo qual se paga e que se negocia no mercado.

Em comparação com outros países, o Brasil é um dos que menos investe em pessoas em idade educacional. Segundo a UNESCO, o valor médio aplicado mundialmente na política de educação é de 4.456 dólares. Em nosso país, este valor é de 959 dólares. Em nome de suposta estabilidade financeira para o capital internacional se depreciam as condições efetivas de políticas sociais públicas, de qualidade e universais.

É neste quadro que diversas entidades nacionais vêm desenvolvendo a campanha nacional em defesa dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública. Embora ainda abaixo do investimento encontrado em outras nações, estes valores possibilitarão oferecer educação de qualidade, com professores bem remunerados e capacitados, salas de aula e infraestrutura mínima para as atividades pedagógicas, profissionais das diversas especialidades (como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros) contribuindo para o resgate do conceito de uma educação integral, necessária para a vida com dignidade e independência.

O conjunto CFESS/CRESS engrossou a lista das entidades envolvidas, e se envolveu no plebiscito realizado nacionalmente para os 10% do PIB, que se encerrou em dezembro. O CRESS-RJ instalou uma urna, que coletou votos de muitos que passaram pela sede do Conselho e durante o Seminário sobre Serviço Social e Educação realizado em Macaé. Com mais de 400.000 votos em todo o país, no Rio de Janeiro as entidades coletaram cerca de 19.000 votos favoráveis ao financiamento público da educação.

A Comissão de Educação do CRESS-RJ continuará acompanhando as atividades da campanha. Convidamos os assistentes sociais a participarem das ações que envolvem essa importante luta em defesa dos direitos humanos.



DESTAQUE

COPA DO MUNDO E OLIMPIADAS NO BRASIL X DIREITOS HUMANOS

DESPEJOS E REMOÇÕES

Megaeventos são sempre mais do que as manchetes de jornais, rádios e tvs estampam. Por trás há sempre o interesse do capital e a necessidade urgente de reflexão sobre a atuação do assistente social nestes episódios.

Foto: Adriana Medeiros

Os dados são alarmantes. De acordo com dossiê preparado pela “Articulação de Comitês Populares para Copa”, divulgado oficialmente no último dia 12 de dezembro, os preparativos para a Copa do Mundo de futebol de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio, já provocaram o despejo de 2092 pessoas (em apenas duas das cidades-sede) até o fechamento do referido dossiê, sendo que o total de despejados pode alcançar a impressionante marca de 170 mil pessoas.

As 12 cidades-sede da Copa vivem as mesmas pressões e dramas, mas cada qual com suas particularidades. No Portal Popular da Copa e das Olimpíadas (<http://portalpopulardacopa.org>) cada drama pode ser acompanhado com detalhes.

Porta de entrada do Brasil, o Rio de Janeiro acaba concentrando muitas dessas violações de direitos feitas em nome do patriotismo esportivo e das necessidades que esses megaeventos exigem, tornando as cidades palcos de “estados de exceção”, onde tudo é permitido em nome da Copa e das Olimpíadas.

Estão previstos R\$ 24 bilhões de recursos públicos (10 vezes o orçamento do Ministério dos Esportes em 2011) nas obras das 12 cidades-sede da Copa do Mundo. Além desta verba, foi aprovada isenção de impostos para as construtoras dos estádios e dos campos de treinos nas outras cidades que atuarão como apoio à Copa, recebendo as seleções.

Nas páginas do Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa ([acesse http://cressrj.org.br/download/arquivos/dossie_violacoes_copa_completo.pdf](http://cressrj.org.br/download/arquivos/dossie_violacoes_copa_completo.pdf)) o que não faltam são dados com relação a esses desmandos feitos em nome da “melhoria das cidades” em função dos megaeventos. No dossiê há o relato que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou, sem consulta prévia aos órgãos técnicos da prefeitura, emendas apresentadas pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) liberando a construção de empreendimentos na praia da Joatinga e em ruas internas da Barra da Tijuca.

Sobre as desocupações, salta aos olhos a Vila Autódromo, nascida como vila de pescadores, à beira da Lagoa de Jacarepaguá, há mais de 40 anos. Está no dossiê: “Demarcada em parte como Área de Especial Interesse Social pela Câmara Municipal em 2005, a vila chegou a receber moradores da Comunidade Cardoso Fontes, autorizados a se instalar ali pela prefeitura, após remoção de seu local de origem. Em anos recentes, porém, a prefeitura vem empreendendo sucessivas tentativas de remoção da Vila Autódromo como parte de projeto de valorização imobiliária da Barra da Tijuca. A comunidade tem resistido através da mobilização social. A remoção da Vila Autódromo, cuja maioria dos lotes é regular e tem título de Concessão de Direito Real de Uso (instrumento de regularização

fundiária do Estatuto da Cidade), é apresentada como necessidade para a construção do Parque Olímpico, acionando argumentos de preservação ambiental. Tal justificativa não se sustenta, uma vez que há condições de permanência dos moradores com qualidade ambiental através de urbanização”. Mais detalhes sobre a realidade atual da região pode ser acompanhada pelo blog <http://www.comunidadevilaautodromo.blogspot.com>.

O tratamento dispensado a comunidades que estão no traçado dos projetos de vias expressas como Transcarioca, Transolímpica, Transoeste e ampliação do Metrô, com relação a remoções, não vem sendo muito diferente do que acontece na Vila Autódromo. No caso do Rio de Janeiro há relatos de que funcionários da prefeitura carioca, segundo Renato Cinco, do Comitê Popular da Copa, têm pressionado muito as pessoas a aceitarem a remoção para quilômetros de distância dos locais de moradia e a receber muitas vezes indenizações irrisórias, pagas com cheques das empreiteiras contratadas pelo município. “Temos relatos de gente que recebeu dois, três mil reais por residência”. Mas, de acordo com Renato esse tipo de prática não é uma exclusividade dos megaeventos. “Ouvimos muitos relatos semelhantes com relação às obras do PAC em Manguinhos, de gente que foi removida dessa maneira”.

O projeto de cidade e os interesses do capital

A lógica dos megaeventos e do *apartheid* social não é nova no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. “Os empresários já haviam aprovado no parlamento a remoção do Morro do Castelo, no Centro do Rio, há muito tempo, mas só conseguiram colocar em prática a remoção durante os preparativos para as comemorações do centenário da independência em 1922, um megaevento internacional de sua época”, lembra Guilherme Marques, o Soninho, membro do Comitê Popular da Copa. “Esse megaevento foi o argumento que deu legitimidade para a abertura da Avenida Central (hoje Rio Branco), entre outras ações”.

Renato Cincosalienta que “muitas vezes os megaeventos servem para encobrir quais são os verdadeiros interesses do projeto do capital na cidade. A gente escuta muito que se está fazendo tal coisa para Olimpíada, para a Copa. As cidades organizadoras acabam se tornando durante um determinado período, o que estamos chamando de *idades de exceção*, onde as leis não precisam ser cumpridas, como a que diz que para alguém ser removido tem que ter discussão, ter que ser removido para perto; agora pode construir hotel onde antes não podia, o hotel pode ter um gabarito maior que antes; o município e o estado podem não cumprir a lei de endividamento... Ou seja, todas acabam sendo objeto de exceção”.

Nessa lógica, apoiada em propaganda em massa, quem é contra esse tipo de desenvolvimento acaba sendo taxado de agir contra o interesse público e do público. Mas o interesse público é isso?

“O que conquistamos com o fim da ditadura está sendo desmontado na prática, sem ser desmontado legalmente”, diz Cinco, usando como exemplo algo que tem a ver com megaeventos, mas está colocado para o público de outra maneira. “Por exemplo, a Secretaria Municipal de Assistência Social faz recolhimento e abrigo compulsório de crianças e adolescentes usuários de crack 05 anos após a lei acabar com a detenção de usuários. Na prática, a gente tem tido retrocessos pontuais que estão subvertendo as próprias estruturas e legislações”.

Orientação aos assistentes sociais

“No Comitê da Copa tem vários assistentes sociais organizando a resistência e lá na ponta você tem o assistente social, assim como outros profissionais, mesmo que não seja de má fé, reproduzindo o discurso oficial, quando no caso das remoções é do tipo ‘não vai ter jeito, a obra vai ter que passar, você tem que se preparar’”, sublinha Soninho. “Articular para que profissionais que trabalham na ponta se articulem nesses Comitês da Copa é uma coisa que os conselhos e sindicatos poderiam se mobilizar”, diz.

E é esse o objetivo do CRESS-RJ.

No contexto da organização do Seminário Estadual de Serviço Social, Direito à Cidade e Política Urbana, realizado em outubro de 2011, o Conselho tomou conhecimento de vários documentos e relatos da participação de assistentes sociais em processos de despejos e remoções, que resultaram na elaboração de uma nota pública (disponível

em http://www.cressrj.org.br/2noticias_res.php?recordID=1150) e na fundação da Comissão de Direito à Cidade, coordenada pela conselheira Edenilza Cesário. De imediato, dois graves relatos chamaram a atenção do CRESS.

O primeiro foi o acesso ao relatório da missão da Relatoria do Direito à Cidade da Plataforma Dhesca Brasil (Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), disponível para download no site da entidade (<http://www.dhesca.org.br>), elaborado em maio por diversas organizações e dois membros relatores da ONU sobre o direito à cidade. O documento aponta que a missão recebeu denúncia da população da Vila Harmonia, no Rio de Janeiro, de participação de assistentes sociais em processos de desalojamento. Segundo o texto, ali viviam cerca de 120

famílias, sendo uma ocupação já consolidada. Assistentes sociais da Prefeitura teriam visitado o local afirmando fazer cadastramento para o Programa Bolsa Família. No entanto, na semana seguinte, a Prefeitura teria retornado marcando as casas que seriam removidas em função da construção da Transoeste, e afirmando que os moradores já teriam expressado seu consentimento no momento do suposto cadastro para o Programa Bolsa Família.

O segundo foram relatos e divulgação de imagens da abordagem das secretarias municipais de Habitação e de Assistência Social da Prefeitura do Rio na Vila Autódromo, onde era realizada a marcação das residências pela primeira e o CadÚnico pela segunda.

O CRESS-RJ, então, convidou os assistentes sociais que atuam nos equipamentos municipais da região da Vila Autódromo para uma reunião, de modo a entender o que estaria ocorrendo, resultando em encontros bastante esclarecedores sobre a situação.

“Sabíamos que o CadÚnico não tem poder de autorizar remoção – e nesse sentido, a denúncia do relatório da Dhesca não procedia. A questão é que o Número de Identificação Social (NIS) que ele gera é a porta de entrada para diversos programas sociais, incluindo aqueles que contam com o financiamento do Ministério das Cidades, como são os programas habitacionais. O que conseguimos concluir desses encontros com os profissionais é que o Cadastro, realizado até então pela assistência social, era apresentado à população como a possibilidade de acesso a benefícios assistenciais, e acabam sendo usados posteriormente nos processos de reassentamento e remoções. Isso pode estar acontecendo não só na cidade do Rio, mas em vários municípios”, alerta a conselheira Edenilza.

“É uma situação muito cruel, para profissionais e população. Muitos profissionais esclarecem à população as diversas possibilidades do CadÚnico, e do ponto de vista ético é o correto a se fazer. Mas só é possível esclarecer aquilo de que se tem conhecimento. Muitos daqueles que operam com o Cadastro não sabem todos os programas em que ele está sendo utilizado. O resultado é que a população acaba por relacionar o

Foto: Adriana Medeiros



“O que conquistamos com o fim da ditadura está sendo desmontado”, segundo Renato Cinco

CadÚnico à remoção, privando-se, muitas vezes, de acessar outros benefícios a que tem direito com medo do despejo”, conclui.

Diante disso, o CRESS-RJ está preparando um documento público de esclarecimento à Dhesca, à população da Vila Autódromo e a outras localidades do estado que possam estar vivenciando situação semelhante. “O relatório da Dhesca revela que a população da cidade do Rio pode estar associando o trabalho do assistente social à política autoritária de despejos, até por que até há pouco tempo atrás eram só os assistentes sociais que realizavam o CadÚnico na cidade. É preciso alertar os profissionais do que está acontecendo, principalmente os que coordenam as ações relacionadas ao Cadastro. Mas também é preciso mostrar à população e à sociedade civil que nossa profissão defende o direito à moradia digna e saudável, bem como o direito à cidade, como direitos humanos. Precisamos ser vistos como aliados, não como adversários. Para isso, o assistente social tem a responsabilidade de proporcionar à população a informação de todos os possíveis desdobramentos – esquivar-se disso é violar o Código de Ética Profissional. Se temos uma luta a fazer, é contra essa política autoritária em curso, que privilegia os interesses do grande capital ao direito à cidade”, ressalta o presidente do CRESS-RJ, Charles Toniolo.

“Esperamos com essa matéria ter orientado os assistentes sociais sobre as situações que hoje envolvem o exercício profissional nessas situações de despejos e remoções, de modo a provocar, coletivamente, a construção de estratégias de enfrentamento. O CRESS somará forças ao Comitê Popular da Copa com as informações que conseguirmos coletar e a Comissão de Direito à Cidade engrossará as atividades de resistência que o Comitê e outros fóruns vêm organizando. Chamamos os assistentes sociais a participarem da comissão e a fazerem o mesmo. Apenas a organização política e coletiva junto à população e aos movimentos sociais será capaz de construir respostas mais eficazes a essas contradições que vivem os assistentes sociais no cotidiano profissional”, finaliza Charles.

Diversidade Humana e Serviço Social

É preciso valorizar a diversidade. Foi com essa determinação que o CRESS-RJ realizou de 28 a 30 de novembro, o I Seminário Estadual de Gênero, Etnia, Diversidade Sexual e Serviço Social, em parceria com a ABEPSS, FSS/UERJ, Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afroamericanos (PROAFRO), Laboratório Integrado de Diversidade Sexual, Política e Direitos (LIDS) e Programa de Educação Tutorial (PET/Serviço Social). Organizado pela Comissão temática de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual (GEDS) do CRESS, fez parte das comemorações da Semana da Consciência Negra e da Campanha pelo Fim da Violência contra a Mulher – 16 dias de ativismo.

Com discussões calorosas e de altíssima qualidade, logo na abertura o presidente do CRESS-RJ, Charles Toniolo, anunciou o espírito do debate: “Nosso Código de Ética se posiciona contra toda forma de opressão, dominação e discriminação. Nossos usuários e nós, assistentes sociais, somos mulheres, negros, negras, gays, lésbicas, transexuais, bissexuais. Portanto, afirmamos que esse debate é central para nossa profissão e a todos aqueles que defendem os direitos humanos e lutam por uma outra ordem societária. Por isso convidamos os assistentes sociais a somarem-se às lutas e a compor e participar da GEDS”.

Logo após, a assistente social Marlise Vinagre, professora da UFRJ, ministrou a conferência de abertura, “Diversidade humana e Serviço Social”, ressaltando que “a luta por direitos é vital”. E afirmou: “A diferença é algo que nos iguala”.

Na mesa “Diversidade sexual e Serviço Social”, o deputado federal Jean Wyllys ressaltou a importância da solidariedade entre os grupos discriminados e a atuação nas diversas frentes. Com relação à população LGBTT, citou projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional que apontam para a garantia de seus direitos: “A lei também serve para educar”.

A assistente social Bruna Andrade, professora da

Universidade Federal de Tocantins e doutoranda de Serviço Social na UFRJ, sublinhou que é preciso avançar na construção de uma prática cotidiana contra os preconceitos e citou uma pesquisa, realizada em 2010 pela Universidade Federal de Goiás, em que foi constatado que, notadamente por falta de perspectivas, cerca de 90% dos travestis acabam trabalhando na prostituição. Disse também que as políticas públicas no Brasil precisam combater as desigualdades de gênero, não apenas no âmbito da garantia dos direitos civis (como o “casamento gay”), mas também dos direitos sociais – e deu o exemplo da previdência social.

Um dos precursores do movimento gay no país, o assistente social Marco José, professor da UERJ, falou das dificuldades encontradas pelo movimento hoje identificado como LGBTT: “Nos anos 1980 não havia essa visibilidade que ele tem hoje. Por outro lado, há em curso um atravessamento religioso fundamentalista, e que também atinge o Serviço Social. Devemos estar atentos a isso”.

Na palestra coordenada pelo conselheiro Joílson Marques, que tratou sobre “Gênero, pertencimento racial e Serviço Social”, Neusa Pereira, da ONG Coisa de Mulher, teceu considerações sobre as diversas formas de feminicídio. Sublinhou também sobre como negros e negras são vistos pela sociedade, normalmente com uma combinação cruel entre baixa estima versus hipersexualização, para logo depois traçar um perfil médio das detentas brasileiras: em sua maioria mães, pobres, negras, jovens e de baixa escolaridade. Neusa também falou da dura realidade das lésbicas, como a prática do “estupro corretivo”, que “inverteria” sua orientação sexual, até à prática da exploração familiar que as colocam como as melhores tias, melhores madrinhas...

Na mesma mesa, o assistente social Guilherme Almeida, professor da UERJ, lembrou que, até pouco tempo, as produções do Serviço Social estavam longe desses temas e que em alguns espaços ainda são tratados

com uma “perversa neutralidade”. A assistente social Magali Almeida, professora da UERJ, afirmou que é necessário, cada vez mais “conduzir este debate de uma forma competente”. E, como ela mesma exemplificou citando uma pichação vista no “mergulhão” da Praça XV, no Rio, não sermos obrigados a ler frases como “Se preto tivesse vergonha na cara voltava pra África”.

No dia 29 foram realizados painéis da ABEPSS sobre os temas. Os palestrantes ressaltaram o quanto ainda existem expressões do conservadorismo na academia, refletindo na formação profissional. À noite, ocorreu a mesa do Quilolo, organizado pelo PROAFRO, em celebração ao Dia Nacional da Consciência Negra.

No dia 30 pela manhã foi realizada a Oficina PET/Serviço Social. À noite o evento terminou com a mesa, coordenada pela conselheira Denise Nicacio, sobre “Racismo, sexismo e sociedade: a luta da mulher negra brasileira”. Sheila Dias, graduanda em Serviço Social/UFRJ e militante do coletivo Aqualtune, perguntou: “O que acontece com os cursos de Serviço Social que não abordam com profundidade a questão racial?”, lembrando que o Brasil foi a maior potência escravocrata do mundo e, mesmo assim, “após a abolição não havia um projeto para essa população”.

Já Rosely Rocha, assistente social da FIOCRUZ e doutoranda em Serviço Social na UFRJ, surpreendeu a todos com a exibição do curta metragem “Cores e Botas”, que tem como história o sonho de uma menina negra em ser paqueta, uma das ajudantes de palco da apresentadora Xuxa. O filme surpreendeu pela profundidade e leveza com que tratou o tema. Rosely ressaltou a importância das ações afirmativas – como a política de cotas raciais nas universidades públicas – e de como a questão étnico-racial deve ser apreendida e fazer parte do trabalho dos assistentes sociais (como na definição de critérios de elegibilidade), tendo em vista a desigualdade existente no Brasil, mascarada pelo falacioso discurso da igualdade racial.

Na mesa: Bruna Andrade, Marlise Vinagre, Charles Toniolo, Jean Wyllys e Marco José



CRESS-RJ na Semana da Cultura Negra:

Participantes da GEDS estiveram, em 16/11, em evento realizado na UFF de Rio das Ostras, que teve a conselheira Denise Nicacio compondo a mesa intitulada “Aspectos sociais e econômicos da questão racial no Brasil contemporâneo”. Denise também participou do Seminário “Consciência negra é saúde: racismo é doença”, organizado pela Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil, em 21/11.

II Conferência Estadual LGBT:

Os conselheiros Joílson Marques e Denise Nicacio e o assistente social Dionísio Cristóvão foram observadores pelo CRESS-RJ na Conferência, de 18 a 20/11.

Aprimoramento profissional e participação em eventos: direito do assistente social

O Código de Ética Profissional do assistente social e a Lei de Regulamentação Profissional são instrumentos jurídico-normativos que regem o exercício profissional dos assistentes sociais em qualquer área de atuação, em todo o território nacional. Nesse sentido, suas prerrogativas e normatividades precisam ser de conhecimento de toda a categoria profissional – bem como as resoluções do CFESS, que podem ser acessadas no site da entidade (www.cfess.org.br).

Assim, trataremos de um tema bastante caro para o cotidiano dos assistentes sociais: o do aprimoramento intelectual. As diretrizes curriculares para a formação profissional consagraram um perfil “generalista” para a graduação em Serviço Social. Isto é, os cursos devem proporcionar uma visão de totalidade das relações sociais, suas contradições fundamentais, a historicidade das mesmas, bem como capacitar para a construção de uma visão crítica da realidade com o devido rigor teórico. É impossível para o Serviço Social – e qualquer outra área – esgotar no período da graduação todas as temáticas que possam vir a fazer parte do cotidiano de trabalho. Além do mais, entendendo que a realidade é dinâmica, relações são instituídas diante das diferentes conjunturas, e isso constroem novas demandas para o assistente social, que precisa estar apto para apreendê-las criticamente e construir respostas competentes a elas, preferencialmente coletivas.

Isso requer uma formação intelectual contínua. O Conjunto CFESS/CRESS está atento a isso: em 2011, foi aprovada a Política Nacional de Capacitação Permanente dos assistentes sociais.

O aprimoramento intelectual não é um privilégio. É ele que possibilita que a qualidade dos serviços prestados à população seja assegurada – um dos princípios éticos da nossa profissão. Por isso, o Código de Ética prevê, no Art. 2º, alínea f, que é direito do assistente social o “aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-a a serviço dos princípios deste código”. O Código, lembrando, tem força normativa e, portanto, deve ser usado pelos profissionais nos enfrentamentos cotidianos na direção que o projeto ético-político da profissão propõe.

O aprimoramento profissional pode ser realizado de diferentes formas. A principal delas é o acompanhamento contínuo da produção teórica sobre o Serviço Social e as dimensões políticas e normativas que informam a profissão e as políticas sociais. Mas é igualmente importante a realização de cursos de aperfeiçoamento, extensão e pós-

“

As atividades promovidas pelo Conselho devem fazer parte do plano de trabalho dos profissionais, já que, antes de ser trabalhador de qualquer instituição, se é assistente social, com registro profissional em seu órgão de classe

”

graduação (oferecido pelas universidades), participação em encontros, conferências, seminários, congressos, mesas-redondas, debates, minicursos, palestras etc., aprofundando temas que se relacionam mediata e imediatamente com o cotidiano do exercício profissional. O estímulo à capacitação deve ser uma política da instituição – e o Código de Ética possibilita ao assistente social reivindicá-la em seu cotidiano.

Mas é fundamental lembrar que o aprimoramento intelectual tem como fim último a qualidade dos serviços prestados à população usuária – é a esse princípio ético que deve estar a serviço. Isso significa que a participação em eventos não deve prejudicar o atendimento à população. Afirmamos isso porque esse costuma ser um dos argumentos das instituições empregadoras para dificultarem a presença dos assistentes sociais nessas atividades. Contudo, são as mesmas instituições que por vezes requisitam os profissionais para realizarem atividades que não lhe competem, como participação em atividades de campanha política, atos públicos a favor dos governos e das próprias instituições, mesmo que isso traga prejuízos ao atendimento da população. Lembramos mais uma vez: o Código de Ética rege o exercício profissional em toda e qualquer área de atuação e, portanto, possibilita que o assistente social, responsabilmente, pautar o aprimoramento intelectual como parte das atividades de trabalho.

Com relação a essa questão, gostaríamos de chamar especial atenção para as atividades organizadas pelo CRESS. A Política Nacional de Fiscalização, aprovada pelo Conjunto CFESS/CRESS, entende que, mais do que a fiscalização do exercício profissional em seu caráter normativo/disciplinador, ao CRESS cabe um importante papel de orientação profissional. Assim, as atividades organizadas pelo Conselho não são substitutivas daquelas de responsabilidade das instituições de ensino – o da formação continuada.

Entretanto, tomando por base a previsão legal de que é papel do CRESS disciplinar o exercício profissional, as atividades promovidas pelo Conselho devem fazer parte do plano de trabalho dos profissionais, já que, antes de ser trabalhador de qualquer instituição, se é assistente social, com registro profissional em seu órgão de classe. Os eventos organizados pelo CRESS têm como objetivo orientar a categoria para realizar os enfrentamentos e construir as estratégias de intervenção no cotidiano, o que, em si, pode ser considerado como um elemento de aprimoramento intelectual. Portanto, o CRESS cumpre o seu papel legalmente previsto de zelar pelos princípios do Código de Ética, bem como da Lei 8662/93 – principalmente no que se refere aos artigos 4º e 5º (que tratam das competências e atribuições privativas) e que vêm sofrendo ataques do mercado de trabalho ao demandarem aos profissionais tarefas que lhes são alheias. O conjunto CFESS/CRESS vem se interpondo a essas demandas, por vezes através de resoluções, para garantir a direção social implícita na Lei 8662/93. Cabe à formação e aos profissionais acompanharem tais estratégias que também estão relacionadas à capacitação permanente.

Entendemos que disciplinar o exercício profissional é, sobretudo, estimular junto à categoria uma melhor qualidade dos serviços prestados à população usuária.

Eventos devolutivos aos assistentes sociais da SMAS da Prefeitura do Rio – A COFI realizou em 6/12, na UERJ, devolução dos dados coletados nas visitas programadas aos CRAS da cidade do Rio de Janeiro. Relatos sobre a ausência de autonomia profissional no trabalho junto à população, bem como o privilégio de metas quantitativas de visitas domiciliares em detrimento da qualidade do atendimento às demandas da população foram realizados pelos profissionais. Já em 12/12 realizou, na UNISUAM, aos assistentes sociais que atuam nos abrigos de população adulta da cidade do Rio, evento devolutivo das visitas realizadas em conjunto com o CRP no ano de 2010. ■

Realizações e metas da gestão

Em 13 de maio, a gestão “Trabalho e Direitos: a luta não para” tomou posse na direção do CRESS-RJ. De lá pra cá a luta não parou: foram sete meses de intensa atuação diante dos desafios postos pela conjuntura no estado do Rio de Janeiro.

Logo no início da gestão, o CRESS se posicionou pública e firmemente diante das ações de recolhimento e internação compulsória de crianças e adolescentes que supostamente usavam crack, adotada pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. As notícias veiculadas pela imprensa associavam as ações – que violam substancialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente – à prática de assistentes sociais, ferindo preceitos éticos, atribuições e competências profissionais. O CRESS iniciou uma mobilização que envolveu a fiscalização nos abrigos que recebiam crianças e adolescentes recolhidos, bem como denúncia e articulação de diversas entidades de defesa de direitos. O debate ganhou o cenário nacional, com diversas polêmicas e disputas postas.

Outra luta de grande visibilidade que o Conselho encampou foi a defesa das atribuições profissionais e dos direitos da população no edital de seleção pública da Fundação Saúde, organizado pela CEPERJ. Repleto de irregularidades, o edital previa para os assistentes sociais uma carga horária de 32 horas, desempenho de funções administrativas e economia doméstica, e lhes atribuía a comunicação do óbito nos serviços das unidades de saúde do estado. Esta última questão

ganhou a grande mídia e uma grande mobilização da categoria foi realizada, no conjunto das ações que a sociedade civil organizada vem empenhando na defesa da qualidade da saúde pública 100% estatal.

Também tivemos uma grande mobilização estadual no dia 30 de agosto – o dia nacional de luta pela implantação da lei das 30 horas. Além da audiência pública na ALERJ, em vários municípios do interior foram realizadas atividades com a categoria exigindo a aplicação da lei, que muitos empregadores insistem em não reconhecer. E nós, em exigi-la.

O CRESS esteve envolvido em várias outras frentes de atuação, impossíveis de serem todas enumeradas nessa matéria. Discussão sobre a participação de assistentes sociais em ações de remoções e despejos, organizações de eventos estaduais (na capital e no interior), assentos em instâncias de controle social e participação em conferências, atuação junto ao sistema penitenciário, retomada de comissões temáticas e criação de novas (como a de Direito à Cidade).

Estamos convictos de que esses meses mostraram o tom dos desafios postos para a defesa do projeto ético-político da profissão. O cenário político aponta cada vez mais para retrocessos quanto ao acesso aos direitos dos usuários e dos assistentes sociais. Nesse sentido, é necessário que a categoria dos assistentes sociais e a população usuária de seus serviços estejam cada vez mais atentos, mobilizados e organizados criticamente contra essa onda conservadora que assola os tempos contemporâneos.

Um elemento importante para dar cabo desse desafio é superar o crescente fatalismo observado constantemente no discurso e na prática dos assistentes sociais: aquela fala de que as precárias condições de trabalho impedem qualquer possibilidade de intervenção profissional. A importância de investir na produção de uma leitura crítica das requisições institucionais e de que as respostas profissionais estejam sintonizadas com o projeto ético-político põem a necessidade de se pensar estratégias coletivas a esse processo, dentro e fora do Serviço Social.

Nesse sentido, a direção do CRESS-RJ tem clareza que os assistentes sociais dispõem, além do arcabouço teórico-metodológico que lhes possibilita pensar alternativas e estratégias em seu fazer profissional cotidiano, de dois poderosos instrumentos para enfrentar esse quadro: o Código de Ética Profissional e a Lei 8662/93. Todo assistente social está subordinado a essas normativas, que se afrontam com a ofensiva conservadora presente hoje nas instituições. Assim, ampliar o investimento na centralidade da ética profissional e da defesa das atribuições e competências profissionais será uma das grandes prioridades da gestão em 2012, pensando as particularidades dos preceitos ético-políticos no cotidiano do exercício profissional.

Outra frente prioritária que já anunciamos para o ano é o forte investimento no processo de interiorização do CRESS-RJ. Algumas comissões temáticas já vêm atuando nessa direção. O CRESS-RJ tem tentado se somar a diversas iniciativas que visam fortalecer as Seccionais de Campos dos Goytacazes e de Volta Redonda. A organização política da categoria, articulada com os focos de resistência existentes no cotidiano da vida social (organizados ou não), é uma dimensão fundamental da defesa do nosso projeto ético-político. O fortalecimento das entidades da categoria, como a ABEPSS e a ENESSO, na defesa de uma formação profissional de qualidade e que provoque a capacitação continuada dos profissionais, também será uma prioridade do Conselho. Assim como lutar pelo reconhecimento e valorização da categoria através da realização de concursos públicos e do investimento na organização sindical dos assistentes sociais.

Essas e outras frentes se situam em uma luta maior, prevista em nosso Código de Ética profissional: a do reconhecimento da liberdade como valor ético central, da defesa intransigente dos direitos humanos e o da construção de uma nova ordem societária. O CRESS-RJ convida a todos aqueles que compartilham da ideia de que o exercício profissional qualificado pode contribuir para alcançar esses objetivos a se somarem a luta conosco, pois ela não para!!!

Diretoria do CRESS/RJ

Gestão “Trabalho e direitos: a luta não para”
2011 a 2014

Agende as atividades já previstas para o ano de 2012

Janeiro	evento sobre assistência social e Serviço Social
Fevereiro	debate sobre Serviço Social nas empresas seminário na Região Serrana sobre emergências e desastres socioambientais (com outros Conselhos profissionais)
Março	dias 08 e 09: workshop sobre definição mundial de Serviço Social da FITS (com o CFESS) dias 15 e 16: II seminário estadual Serviço Social e direitos humanos; dia 30: oficina estadual sobre Serviço Social e educação
Abril	dias 19 e 20: seminário estadual Serviço Social e Psicologia no campo sociojurídico (com o CRP); encontros CRESS/Seccionais (em Campos e em Volta Redonda); encontro sobre controle social (representações do CRESS-sede)
Mai	atividades do mês do assistente social por todo o estado

Ainda no primeiro semestre:

Seminário Nacional Serviço Social e Educação (em Maceió) – organizado pelo CFESS

Segundo semestre:

- Encontros interiorizados
- Encontros descentralizado e nacional CFESS/CRESS
- Seminário nacional Serviço Social e direitos humanos (em Palmas/TO)
- Assembleias (com vistas aos encontros e à definição do valor da anuidade)
- Seminário nacional de organização sindical (no Rio de Janeiro)
- Seminário estadual Serviço Social no campo sociojurídico



Outras ações do CRESS

■ Crack:

Foi realizado no dia 5/11 no auditório do CRESS, com a presença das conselheiras Sílvia Dabdab e Hilda Corrêa, debate sobre “Ações de políticas públicas em atenção aos usuários de crack e outras drogas”, que contou com professores e equipes envolvidas em trabalhos norteados pela Redução de Danos, como a Embaixada da Liberdade (extinta pela atual gestão municipal da cidade do Rio) e experiências ligadas à saúde da família. O evento foi promovido pelas Comissões de Educação e de Assistência.

■ Inquirição de crianças e adolescentes

O presidente Charles Toniolo representou o CRESS na mesa de audiência pública sobre “Depoimento sem Danos” realizada pelo CEDCA em 11/11 e na assembleia do CMDCA da cidade do Rio, em 21/11, apresentando as posições do Serviço Social sobre o tema da inquirição.

■ Audiência pública sobre recolhimento

Realizada em 22/11, foi convocada pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. As conselheiras Sílvia Dabdab (compondo a mesa) e Hilda Correa representaram o CRESS-RJ. Foi criado um Grupo de Trabalho para acompanhar sistematicamente as ações da prefeitura e aprofundar as já existentes propostas alternativas à internação compulsória.

■ Fórum Estadual de Políticas sobre Drogas

A conselheira Sílvia Dabdab participou de um debate organizado pelo Fórum dia 03/11 sobre comunidades terapêuticas, que contou com a presença da conselheira do CRESS-RJ Telma Pilé na mesa.

■ Formação profissional

Nos dias 21 e 22/11, o presidente Charles Toniolo participou da Oficina Nacional da ABEPSS, na UFRJ. O debate sobre a precarização da formação esteve presente em intervenções do público, incluindo profissionais que atuam na modalidade do Ensino à Distância. Durante o evento ocorreu o I Encontro Nacional de Supervisores Acadêmicos e de Campo de Estágio em Serviço Social, onde foi apresentado o documento do CRESS-RJ sobre precarização dos cursos de graduação, bem como o conjunto de matérias do Praxis sobre estágio.

■ Seminário sobre fiscalização profissional

Em 19/11 o CRESS realizou o evento para pensar a política de orientação e fiscalização para a gestão 2011-2014. Houve participação da coordenadora da COFI do CFESS, Rosa Prêdes, e da ex-presidente do CFESS, Elisabeth Borgianni, e a apresentação do trabalho dos agentes fiscais.

■ Recolhimento Compulsório, Aqui Não!

Diversas entidades ligadas aos direitos humanos, entre elas o CRESS-RJ representado pelas conselheiras Sílvia Dabdab e Hilda Correa, participaram de ato público sobre recolhimento compulsório em 9/12, nas escadarias da ALERJ. A mobilização foi realizada em âmbito nacional contra a disseminação no país da política adotada na cidade do Rio de Janeiro.

■ Educação e Serviço Social

O conselheiro Felipe Moreira representou o CRESS-RJ e o GT Nacional do Conjunto CFESS/CRESS em Fórum Regional sobre Serviço Social e Educação na UNESP de Franca (SP), realizado em novembro, e apresentou o trabalho sobre a experiência da Comissão de Educação do CRESS-RJ. O conselheiro também participou da reunião do GT que ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 20/11.

■ Seminário de Recursos Humanos do CRESS

Ocorreu dia 16/12 o Seminário de Recursos Humanos do CRESS-RJ. Contando com a presença da diretoria, das Seccionais e de todos os funcionários do Conselho, a iniciativa faz parte da política de valorização dos profissionais que atuam no Conselho, bem como de discutir o melhor funcionamento dos setores e assessorias do CRESS. No dia 17, ocorreu a festa de confraternização de fim de ano.

■ Debate sobre recolhimento compulsório na EMERJ

Sob o título de “Recolhimento Compulsório de Drogados”, a Escola de Magistratura do Rio de Janeiro realizou um evento em 29/11, que contou com a presença das conselheiras Sílvia Dabdab e Hilda Corrêa na plateia. Após as palestras, o público reivindicou o debate, mas foi impedido de se pronunciar com o imediato encerramento do evento.

■ Educação na Baixada Litorânea e Norte Fluminense

Organizado pela Comissão de Educação do CRESS-RJ e UFF/PURO, o primeiro Encontro Regional de Serviço Social e Educação, realizado em 2/12 em Macaé, foi um sucesso, com grande participação da categoria. Os conselheiros Elizabeth Oliveira, Felipe Moreira e Sílvia Dabdab participaram do evento.

■ Fiscalização da unidade penitenciária Ary Franco

Representando o CRESS-RJ, a conselheira Elizabeth Oliveira acompanhou do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em visita à unidade da SEAP dia 21/11, após várias denúncias de violações de direitos dos internos. O CRESS-RJ recebeu posteriormente o relatório elaborado pelo Mecanismo.

■ Ética na sociedade contemporânea

A assistente social e professora Paula Bonfim, da UNIRIO, ministrou no auditório do CRESS oficina sobre o tema em 9/11, organizada pela Comissão Permanente de Ética e direcionada para as Comissões de Instrução de processos éticos.

■ População adulta de rua

O CRESS-RJ, representado pela conselheira Hilda Corrêa e membros da Comissão de Assistência, organizou junto ao Fórum Estadual uma manifestação no Centro do Rio, dia 16/12, na luta pela defesa dos direitos da população em situação de rua.

■ Ato contra o financiamento público das comunidades terapêuticas

No dia 13/12, o presidente do CRESS-RJ e os conselheiros Leandro Rocha e Sílvia Dabdab participaram da atividade organizada pelo CRP na ALERJ, quando foi entregue aos deputados o relatório das inspeções realizadas em comunidades terapêuticas no estado do Rio.

■ Fórum de Saúde no sistema penitenciário:

A conselheira Lobélia Faceira representou o CRESS-RJ no evento que ocorreu dia 14/12, na sede do Ministério Público, onde foram apresentados vários dados sobre a violação do direito à saúde da população carcerária e a necessidade de se exigira a implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos humanos.

■ Visita de alunos ao CRESS

A presidente da Comissão Permanente de Ética do CRESS-RJ, Michele Pontes, ministrou oficina no dia 30/11 sobre ética profissional e o papel do CRESS para alunos do curso de Serviço Social da UNIRIO, no auditório do Conselho.

■ Serviço Social no campo sociojurídico

O presidente do CRESS-RJ e membros da comissão sociojurídica participaram da última sessão do ciclo de debates organizados pela UERJ. Na ocasião, surgiu proposta de organização de um curso de especialização ofertado pelas universidades públicas sobre o tema, que foi apoiada pelo CRESS-RJ, que colocou-se à disposição para eventuais contribuições.

■ Convênio com a Vara de Execuções Penais

A conselheira Sílvia Dabdab representou o CRESS-RJ em reunião dia 09/12 entre a VEP e entidades conveniadas para aplicação de penas e medidas alternativas, cujo convênio com o CRESS-RJ foi renovado, tendo em vista a posição que o Serviço Social defende de pensar formas alternativas de responsabilização penal.



Novos olhos e olhares sobre a profissão

Desde sua criação, o Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social, sempre teve como norte identificar e abrir caminhos para uma melhor percepção do trabalho do profissional de Serviço Social pela sociedade. Não é uma tarefa fácil. Mas o CRESS-RJ, que vem organizando o Prêmio há cinco anos, ininterruptamente, acredita na eficácia deste trabalho.

O Prêmio faz parte de investimentos no sentido de pensar que a luta pela comunicação como um direito humano pode ser um grande potencial na visibilidade da profissão e das políticas sociais na perspectiva do projeto ético-político. O conselheiro Leandro Rocha participou, inclusive, de um debate sobre comunicação e Serviço Social, ocorrido no dia 9/11 na Universidade Veiga de Almeida. No mesmo mês, o conselheiro Felipe Moreira e o funcionário Allan Botelho participaram de curso do Núcleo Piratininga de Comunicação, que ocorreu em novembro. Com o título “Comunicação e Hegemonia num mundo em ebulição”, o curso discutiu, a partir de uma perspectiva político-crítica, temas como a importância das novas tecnologias na comunicação, o tratamento da grande mídia a temas considerados tabus e seu papel na cobertura dos megaeventos no Brasil. É nesta linha que o Prêmio ganha sua importância, pois valoriza trabalhos que tenham visibilidade em uma perspectiva crítica.

Nesta edição, o Prêmio não contou com a participação de competidores nas categorias vídeo e rádio. Houve premiação nas categorias jornalismo impresso e *Hors Concours*, onde a direção do Conselho e a comissão julgadora selecionam reportagens/programas que abordam de forma correta a profissão e as políticas sociais de forma a reconhecê-las e valorizá-las.

Como de hábito, os debates para definição dos premiados foram profundos e acalorados.

Jornalismo Impresso

Quatro trabalhos foram classificados na categoria jornalismo impresso deste quinto Prêmio. Na primeira colocação ficou a matéria **Basta!**, assinada por Hélio Euclides e publicado no jornal Maré de Notícias. Mostrando a realidade de mulheres vítimas de agressões vindas do companheiro ou de outro familiar, o texto também oferece um serviço, orientando sobre a quem recorrer nestes casos. **Link:** <http://cressrj.org.br/download/arquivos/basta1.pdf>

As questões que permeiam a discussão sobre o crack são discutidas de forma séria e sem alarmismos, no artigo **A droga da mídia**, assinado pelo psicanalista Antonio Lancetti para a Revista Brasileiros. Esta particularidade o colocou como segundo colocado na categoria. “Nenhuma estratégia parece ser aplicável como receita única. Calma não significa paralisia, mas enfrentar o problema em sua complexidade de modo a não interromper o processo vitorioso e eficaz da reforma psiquiátrica, mas aprofundá-la”, diz Lancetti.

Link: http://cressrj.org.br/download/arquivos/Artigo_lancetti.pdf

O mar de interrogações que vivem os moradores de regiões como a Maré e arredores com a política de desocupação capitaneada pela prefeitura carioca é a linha condutora da matéria **Futuro Incerto**, a terceira colocada deste ano. Também assinada por Hélio Euclides para o jornal Maré de Notícias, além de relatar o drama desta população a matéria orienta a quem procurar, nos casos de violações de direitos referentes a remoções.

Link: <http://cressrj.org.br/download/arquivos/futuroincerto.pdf>

Veiculada na Revista Brasileiros, a matéria **Estação Solidiedade**, assinada pela dupla Marcelo Pinheiro e Guilherme Lacombe, ficou classificada na quarta posição. O texto gira em torno de conquistas da comunidade LGBTT e dos riscos para possíveis recrudescimentos e os perigos com o crescimento da intolerância de várias camadas da sociedade. A matéria gira em torno do CADS (Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Social) e sua importância na garantia de direitos, contando com uma entrevista com seu presidente Franco Reinaldo. (<http://cressrj.org.br/download/arquivos/estacaosolidiedade.pdf>)

Na categoria jornalismo impresso, como acontece todos os anos, houve premiação em dinheiro, cabendo ao primeiro colocado dois mil reais, ao segundo, seiscentos e ao terceiro, quatrocentos.

Visibilidade da profissão

Na categoria “Experiências profissionais de assistentes sociais ou de equipes de Serviço Social”, apesar de ter trabalhos de elevado grau de qualidade e comprometimento inscritos, nenhum deles obedeceu aos critérios do Prêmio, que visa contemplar trabalhos que já deram visibilidade ao Serviço Social na perspectiva

defendida pelo projeto. O CRESS parabeniza a todos pelo trabalho de sistematização da prática, reforçando que a ampliação da visibilidade correta de nossa profissão passa por este processo que, além de abrir portas para apresentação em eventos acadêmicos, publicações e demais espaços, contribui para informar corretamente à população o que pode demandar do Serviço Social.

TV: hours concours

Na categoria *Hors Concours* foram dois trabalhos selecionados. A primeira matéria foi veiculada inicialmente de forma regional, mas depois disponibilizada na internet. Veiculada originalmente no dia 3 de outubro, no Bom Dia MT, jornal regional da afiliada da TV Globo no Mato Grosso, a matéria trata da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que permite a travestis e transexuais realizarem seu registro profissional utilizando seus nomes sociais. Apresentada de forma clara, enxuta e objetiva, a matéria fornece a informação correta, com tratamento profissional, a toda a população, proporcionando a reflexão sobre o direito à livre orientação sexual e o combate ao preconceito.

Link: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1649868-7823-NORMATIVA+PERMITE+QUE+TRAVESTIS+E+TRANSEXUAIS+UTILIZEM+OS+NOMES+PELOS+QUAIS+SAO+CONHECIDOS,00.html>

A outra matéria selecionada para receber o Prêmio vem de um programa inteiro. Veiculado pela Rede Bandeirantes, o programa A Liga, de 5 de julho de 2011, abordou o quanto o sonho de ter um teto digno (que na verdade é um direito!) pode se tornar um pesadelo. E quando nessa hora chega o braço repressor do Estado e executa seu papel de cumpridor da lei. E ainda como essa população, claro em determinados momentos mais emocionantes do programa, tem no assistente social o profissional de referência para buscar garantir seus direitos e interesses.

Link: <http://youtu.be/zlCoj2FSngs>



Helio Euclides:
grande vencedor do
prêmio deste ano



Sebastián Gadia, diretor
do programa “A Liga”